



Edição nº 6 – 2 de abril de 2020

O que está sendo feito?

1. Reunião com o ministro da Saúde, acordo para a troca de informações e destinação de recursos



O procurador-geral da República, Augusto Aras, defendeu nesta quarta-feira (2) a importância da centralização da tomada de decisões para o enfrentamento de pandemias como a do novo coronavírus. O entendimento do PGR foi apresentado em entrevista coletiva concedida na Procuradoria-Geral da República

juntamente com o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, e membros do Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia da Covid-19 (Giac-Covid-19).

Durante o encontro com o ministro, Augusto Aras firmou acordo para troca de informações entre o MP, por meio do Giac-Covid-19, e as autoridades de saúde municipais, estaduais e nacional com o intuito de agilizar o fluxo de trabalho e as ações de combate à pandemia. “Este gabinete não é do PGR. Este gabinete é do Ministério Público brasileiro”, afirmou o procurador-geral, destacando que participam do Giac procuradores de outros ramos do MPU (Ministério Público da União) e promotores dos MPs estaduais.

“Epidemias são enfrentadas com órgãos centrais para que não se perca a cadeia de comando e não se permita o caos social”, afirmou Aras, ressaltando a necessidade de o MP brasileiro seguir as recomendações da autoridade central de saúde do país a fim de evitar judicializações em excesso. Ele também informou que a PGR já destinou ao combate ao coronavírus cerca de R\$ 2,5 bilhões, que incluem valores resultantes de acordos de colaboração premiada, de leniência e multas penais. [Leia mais.](#)



2. Informações sobre valores destinados ao combate à covid-19 em ações judiciais e procedimentos

Em ofício circular enviado a todos os membros do MPF nesta quinta (2), o procurador-geral da República e coordenador-geral do Giac, Augusto Aras, solicitou o envio de informações sobre os valores destinados ao combate à pandemia em ações judiciais ou procedimentos extrajudiciais. Os procuradores devem informar os números e a origem das ações ou procedimentos, os valores e a destinação pactuada. Para isso, basta enviar um e-mail para pgr-gabinetecovid19@mpf.mp.br. O endereço receberá também qualquer atualização de valores já informados. Os membros do MPs Estaduais devem enviar as mesmas informações para o endereço ces@cnmp.mp.br.

Depois de compiladas, as informações farão parte de banco de dados do Giac-Covid-19, com o objetivo de permitir o monitoramento das verbas e garantir maior transparência ao trabalho.

3. Boa prática: Destinatômetro do MPT

O Ministério Público do Trabalho já dispõe de ferramenta para monitorar as verbas obtidas pelo órgão para o combate à covid-10. Trata-se do Destinatômetro, um painel que compila e apresenta, por meio de números, gráficos e totalizadores, as destinações de verbas. A ferramenta de *business intelligence* está disponível na intranet do órgão. A atualização é automática e feita diretamente pelos procuradores, que prestam as informações por meio de formulário eletrônico. [Leia mais.](#)